

Relatório de desenvolvimento do projeto:

*Análise geográfica sobre a informação dos sinais de expostos
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*

Daniel Alves (IHC, NOVA FCSH/IN2PAST)

Joana Vieira Paulino (IHC, NOVA FCSH/IN2PAST)

janeiro de 2024

Índice

1. Introdução.....	3
2. Metodologia.....	4
2.1. Dificuldades encontradas e soluções adotadas	8
3. Análise dos dados estatísticos e da cartografia histórica.....	9
4. Conclusão	28
Bibliografia.....	29
Anexos.....	31

1. Introdução

Os sinais dos expostos são uma importante fonte primária. Era frequente acompanharem as crianças aquando do seu abandono em instituições, nomeadamente, em Casas da Roda ou Hospícios. Podiam consistir em objetos, muitas vezes com uma simbologia subjacente, mas também em manuscritos. Neste último caso, o seu conteúdo era variável, dependendo do “remetente”, da informação que queria disponibilizar e das suas intenções. Podiam transmitir dados não só sobre as crianças abandonadas, como também sobre os seus progenitores (e, por vezes, sobre outros familiares), as motivações para o abandono, revelando ainda indícios de laços afetivos e, até, informação de cariz geográfico, que nos permite conhecer os locais de onde eram oriundos os expostos.

Desde a sua criação, a Real Casa dos Expostos de Lisboa era a maior instituição de acolhimento de crianças abandonadas no contexto português, sendo a que um maior número de expostos recebia. Muitas destas crianças eram deixadas na instituição acompanhadas pelos referidos sinais manuscritos, que o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem à sua guarda, numa cronologia compreendida entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX.

É no contexto da informação contida nos sinais dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que o presente relatório se insere, sendo decorrente do trabalho desenvolvido para produção de cartografia histórica com base na existência, categorização e tipologia da informação geográfica nesta fonte. Desta forma, foi produzida cartografia histórica ao nível do concelho para Portugal Continental e, no caso concreto do concelho de Lisboa, apresentam-se os dados ao nível da freguesia.

Neste relatório apresentamos, numa primeira fase, a metodologia aplicada na produção da cartografia histórica, as dificuldades encontradas e as soluções adotadas. Num segundo momento, apresentamos as estatísticas decorrentes da análise dos sinais dos expostos e a cartografia histórica produzida, bem como a respetiva reflexão.

Este trabalho foi executado pelo Laboratório de Humanidades Digitais do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ficando a cargo do Professor Doutor Daniel Alves e da Doutora Joana Vieira Paulino.

2. Metodologia

O trabalho desenvolvido partiu dos dados contidos na base de dados em ATOM do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente, com os registos e transcrição dos sinais manuscritos que acompanharam crianças no ato do abandono entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX.

Os referidos dados foram enviados em bruto, em formato Excel (.xlsx), à equipa do Laboratório de Humanidades Digitais, que iniciou o processamento individual de cada registo, isto é, de cada transcrição do sinal manuscrito. Para este efeito, cada registo da fonte primária foi analisado, categorizado e feito o levantamento da informação geográfica nele contida (quando existente), de acordo com a seguinte estrutura lógica e procurando responder às seguintes questões:

- O sinal possui informação geográfica?
 - Em caso negativo, findou o processamento, sendo assinalada a inexistência de informação geográfica no registo individual.
 - Em caso afirmativo, procurou-se responder com o maior detalhe possível em função da informação contida no sinal às seguintes questões:
 - Qual a categoria geográfica? (continente, ilhas e estrangeiro).
 - A que tipologia/momento de vida estava associada a informação geográfica? (batismo, nascimento, residência da mãe, entre outras).
 - Qual o concelho, termo ou bispado indicado na fonte? (perspetiva de macro análise geográfica).
 - Qual a freguesia ou lugar indicado na fonte? (perspetiva de micro análise geográfica).
 - Qual o País indicado na fonte?

Refira-se ainda que, nesta fase, sendo mencionada mais do que uma criança no sinal foi multiplicado o registo pelo número de crianças correspondente.

Realizado o processamento da informação enviada pelo Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi necessário cruzar os dados geográficos com os ficheiros de informação georreferenciada do Laboratório de Humanidades Digitais. No âmbito de projetos de investigação desenvolvidos no passado, a equipa possui ficheiros *shapefile* com informação georreferenciada da divisão administrativa portuguesa desde o

final do século XVIII até 2001, os quais foram utilizados no desenvolvimento do presente trabalho.

Desta forma, em função dos anos dos *shapefiles* e da evolução da divisão administrativa, foi estabelecida uma divisão cronológica para os dados contidos nos sinais. Esta opção metodológica permitiu-nos representar com rigor histórico as fronteiras dos concelhos e das freguesias de Portugal Continental estando, grosso modo, relacionada com as reformas ocorridas na cidade de Lisboa. Refira-se ainda que o mesmo ano da cartografia foi adotado tanto para a divisão administrativa concelhia, como ao nível da freguesia do concelho de Lisboa. Desta forma, desenvolvemos a análise definindo cinco segmentos cronológicos:

- Para dados anteriores a 1836, estabeleceu-se como divisão administrativa de base o ano de 1801. A cronologia deste período, entre o final do século XVIII e 1836, corresponde, grosso modo, ao Antigo Regime. A partir da década de 1830, realizaram-se várias alterações ao nível da divisão administrativa do Reino – em 1834 deu-se a primeira tentativa de reorganização administrativa liberal, tendo sido criados os distritos em 1835 e procedendo-se a uma reforma dos concelhos em 1836 (Silveira, 1997).
- Para os dados entre 1836 e 1851, estabeleceu-se como divisão administrativa de base o ano de 1842. Este último corresponde a um ano de estabilização do sistema e, consequentemente, dos limites administrativos tendo, até esta data, existido alterações, por exemplo, nas fronteiras ao nível dos distritos (Silveira, 1997).
- Para dados de 1852 a 1884, estabeleceu-se como divisão administrativa de base o ano de 1878. Em 1852, o concelho e a cidade de Lisboa ficaram reduzidos, desaparecendo a partir deste ano uma diferença, que ocorria no Antigo Regime e mesmo no Liberalismo até 1851, entre a cidade (com uma área mais reduzida) e o seu termo (com uma maior área) (Alves, 2004). Paralelamente, escolheu-se a divisão administrativa de 1878 por ser um ano próximo da viragem na política assistencial face aos expostos na cidade de Lisboa, com o fim do abandono anónimo infantil na roda no final de 1870, a qual transitou para o interior do edifício da Real Casa dos Expostos de Lisboa (Paulino, 2019).
- Para os dados de 1885 a 1910, estabeleceu-se como base administrativa o ano de 1890. Em 1885, a cidade expandiu-se novamente, mantendo o concelho e a cidade a mesma área (Alves, 2004).

- Para dados posteriores a 1910, estabeleceu-se como divisão administrativa de base o ano de 1920.

Considerando o peso de Lisboa no âmbito desta análise, não só por ser o espaço urbano no qual se encontra a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, bem como o concelho de origem da maioria das crianças abandonadas nesta instituição (conforme analisaremos na cartografia histórica), optámos por adicionar à cartografia produzida, a tracejado, os limites da cidade nos mapas cuja divisão administrativa reporta ao concelho. Esta opção metodológica pode ajudar a compreender a dimensão real da cidade e do concelho de Lisboa em cronologias em que não existia um paralelo (e em que a área concelhia era superior à da cidade). Referimo-nos, particularmente, ao hiato anterior a 1836 e ao hiato entre 1836 e 1851.

Estabelecidos os períodos cronológicos e definida a divisão administrativa de base a utilizar (concelhia e ao nível da freguesia do concelho de Lisboa), foi realizada uma nova análise individual dos registos com informação geográfica, nesta fase, para confronto com as tabelas de atributos dos *shapefiles* do Laboratório de Humanidades Digitais. O objetivo foi recolher o nome da freguesia e do concelho contido nos *shapefiles*, bem como o respetivo código identificativo, enriquecendo o ficheiro Excel com os dados correspondentes para georreferenciação. Esta fase foi desenvolvida em três momentos:

- 1) Num primeiro momento, foram processados todos os sinais, exceto os referentes à cidade de Lisboa, com informação geográfica apenas ao nível do concelho. Adicionámos, assim, ao ficheiro em Microsoft Excel, o código identificativo e o nome correspondentes do *shapefile*, numa coluna à parte (figura 1).

referenceCode	Identific	scopeAndContent	Local	Geograf	Tipo	COD18	Freguesia_cartogra	Freguesia/lugar_fonte	CODCONC	Concelho_cartogra	Concelho/termo/bispado_fonte
PT-SCMLSB SCMLCE/EE/EB08012/214	214	Criança do sexo feminino, [natural de Sintra], batizada pelo padre Miguel dos Santos. Inclui um bilhete do referido padre, informando que a criança fora batizada em casa, sob condição.	1	C	Nascimento				3405	Sintra	Sintra

Figura 1. Processamento de informação geográfica apenas ao nível do concelho, para registos que apenas tinham informação com este nível de descrição (exceto para o concelho de Lisboa).

- 2) Num segundo momento, e ainda para outros concelhos que não o de Lisboa, verificámos individualmente todos os registos que, na fonte primária, possuíam informação ao nível da freguesia/lugar. Procurámos um paralelo de informação nos *shapefiles*, de forma a confirmar que a freguesia/lugar efetivamente pertencia

ao concelho mencionado. De facto, em alguns casos, a freguesia/lugar transcritos na fonte correspondiam a outro concelho que não o referido. Este processo foi realizado quando existia informação ao nível da freguesia/lugar para todos os concelhos de Portugal Continental, visando-se uma representação o mais correta possível. Foi-lhes igualmente atribuído o código identificativo do *shapefile* (figura 2).

referenceCode	identific	scopeAndContent	Local	Geograf	Tipo	COD186	Freguesia_cartogra	Freguesia/lugar_fonte	CODCONC	Concelho_cartogra	Concelho/termo/bispado_fonte
PT-SCMLSB SCMLCE/EE/EB08/005/274	274	Criança do sexo masculino, batizada no dia 30 de Abril de 1794 pelo padre Manuel Pereira Torcato, prior da freguesia de Santa Maria Madalena de Aldeia Gavinha de Alenquer. Inclui a certidão de batismo passada pelo referido padre.	I	C	Batismo			Santa Maria Madalena da Aldeia Gavinha	160	Aldeia Galega da Merciana	Alenquer
PT-SCMLSB SCMLCE/EE/EB08/001/011	11	Crianças do sexo masculino, filhas de pais incógnitos, batizadas no dia 4 de Janeiro de 1790 por frei Manuel Correia de Lacerda, moço fidalgo da Casa Real, prior da freguesia de Santa Maria da Graça de Setúbal.	I	C	Batismo			Santa Maria da Graça	3355	Setúbal	Setúbal

Figura 2. Processamento de informação geográfica apenas ao nível do concelho, para registos com informação ao nível da freguesia (exceto para o concelho de Lisboa).

- 3) Num terceiro momento foi realizado o processamento dos dados referentes ao concelho de Lisboa e respetivas freguesias. Também aqui foi necessária uma confirmação prévia de se, efetivamente, a freguesia/lugar pertencia a este concelho. Foi, assim, registado o nome do concelho, da freguesia e o código identificativo de ambos os níveis, conforme constante no *shapefile* (figura 3).

referenceCode	identific	scopeAndContent	Local	Geograf	Tipo	COD186	Freguesia_cartogra	Freguesia/lugar_fonte	CODCONC	Concelho_cartogra	Concelho/termo/bispado_fonte
PT-SCMLSB SCMLCE/EE/EB08/005/558	658	Criança do sexo masculino, filha de José Joaquim e de Inácia Maria do Sacramento, batizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Lisboa.	I	C	Batismo	4061	(Lisboa) Conceição	Nossa Senhora da Conceição	1915	Lisboa	Lisboa
PT-SCMLSB SCMLCE/EE/EB08/001/553	553	Criança do sexo feminino, nascida no dia 25 de Setembro de 1790, filha de pais incógnitos, batizada no dia 29 do mesmo mês e ano pelo padre António Viégas, pároco substituto da freguesia do Coração de Jesus da cidade de Lisboa.	I	C	Batismo	4072	(Lisboa) Coração de Jesus	Coração de Jesus	1915	Lisboa	Lisboa

Figura 3. Processamento de informação geográfica ao nível do concelho de Lisboa e respetivas freguesias.

Mencione-se que, dada a divisão cronológica em cinco hiatos e, consequentemente, a adoção de cinco *shapefiles* diferentes, com mudanças na divisão administrativa, alteração da nomenclatura dos concelhos e das freguesias, e alteração dos códigos identificativos nas nossas tabelas de atributos, implicou que este processamento fosse realizado para os cinco períodos de forma isolada.

Estando organizada e processada a informação, procedemos à elaboração da cartografia histórica no software gratuito e *open source* de sistema de informação geográfica QGIS (<https://qgis.org/en/site/>).

Foi produzida cartografia histórica de cariz quantitativo para os segmentos cronológicos definidos ao nível do concelho, bem como referente às freguesias da cidade de Lisboa (a qual apresentaremos num capítulo abaixo). Utilizando os registos processados em Microsoft Excel, foram feitos os cálculos para o total de registos para cada concelho para os cinco períodos, bem como os mesmos cálculos para as freguesias do concelho de Lisboa, registando-se o código identificativo de cada e a contabilização. Estes são os cálculos de base, que foram utilizados para unir a camada da divisão administrativa dos *shapefiles* aos dados dos sinais dos expostos, permitindo produzir a cartografia que abaixo se apresenta.

A par deste *output* podem-se somar estatísticas, referentes ao total de sinais com informação geográfica (a qual apresentaremos num capítulo posterior).

2.1. Dificuldades encontradas e soluções adotadas

Uma vez que os sinais contêm informação geográfica com níveis de descrição variados, em 25 casos não foi possível identificar a freguesia ou o concelho mencionados. Não existindo um paralelo identificável na tabela de atributos dos *shapefiles* ou por existirem, por exemplo, para todo o Portugal Continental mais do que uma freguesia com o mesmo nome e não tendo a fonte informação ao nível do concelho, não foi possível georreferenciar estes sinais (ver tabela 1 dos anexos).

Simultaneamente, e circunscrito à realidade lisboeta, destacaram-se 33 registos cuja referência geográfica se encontrava na confluência de freguesias. Estes mencionam bairros, ruas, travessas ou edifícios específicos sem, no entanto, existir informação mais detalhada ou um número de porta que nos permita uma abordagem mais fina. Associámos aos mesmos apenas a informação concelhia, mas não ao nível da freguesia, registando num campo de notas aquelas em cuja confluência se encontrava o local (ver tabela 2 dos anexos).

3. Análise dos dados estatísticos e da cartografia histórica

Este capítulo é dedicado à apresentação dos resultados do trabalho desenvolvido. Neste sentido, será dividido em duas partes, uma referente à análise dos dados estatísticos e, outra, que diz respeito à análise da cartografia histórica produzida.

Assim, partiremos da análise dos dados estatísticos. Procurámos contabilizar o total de sinais analisados e, destes, quantos possuíam informação geográfica e que foram, portanto, incluídos na cartografia histórica (em números brutos e percentagem). Dentro deste panorama espacial, analisámos a informação ao nível da proveniência geográfica das crianças, nomeadamente, verificando as crianças oriundas de Portugal Continental, ilhas e estrangeiro (em números brutos e percentagem). Procurando uma perspetiva de microanálise, verificou-se quantas crianças eram do concelho de Lisboa e quantas possuíam informação ao nível da freguesia (ambos os casos, igualmente, em números brutos e percentagem). Esta estatística consta da tabela 1, para os cinco hiatos cronológicos anteriormente definidos.

Uma vez que os sinais dos expostos dispunham ainda daquilo que considerámos ser a tipologia da referência geográfica, nomeadamente, se esta estava associada ao local de nascimento, local de batismo, local de residência da mãe, entre outros, apresentamos a estatística da mesma na tabela 2, igualmente para os cinco hiatos cronológicos (e em números brutos e percentagem).

Tabela 1. Estatística geral dos sinais dos expostos desde o final do século XVIII a meados do século XX, com referência à existência de informação geográfica, origem e dados sobre Lisboa (valores brutos e percentagem).

	Total de sinais	Sinais com geografia		Origem						Concelho de Lisboa		Informação sobre as freguesias de Lisboa	
		Total	%	Continente	%	Ilhas	%	Internacional	%	Total	%	Total	%
Ant. 1836	36.691	10.095	27,51	10.089	99,94	0	0,00	6	0,06	6.183	61,28	6.155	99,55
1836-1851	13.643	3.219	23,59	3.215	99,88	2	0,06	2	0,06	2.906	90,39	2.906	100,00
1852-1884	30.213	5.702	18,87	5.701	99,98	0	0,00	1	0,00	5.544	97,25	5.540	99,93
1885-1910	4.722	4.439	94,01	4.439	100,00	0	0,00	0	0,00	4.413	99,41	4.410	99,93
Post. 1910	2.436	1.590	65,27	1.587	99,81	0	0	3	0,19	1.375	86,64	1.301	94,62

A tabela 1 reflete, no que concerne ao total de sinais, dois períodos distintos. Um primeiro, em que o abandono infantil anónimo era vigente. Este corresponde aos hiatos anterior a 1836, de 1836 a 1851 e uma parte significativa do período de 1852 a 1884, considerando-se que esta prática findou na cidade de Lisboa a 1 de dezembro de 1870. Assim se justifica que um maior número de sinais dos expostos se circunscreva a estes blocos cronológicos, sendo que também eles correspondem a uma maior frequência da exposição infantil. Refira-se que, por exemplo, nas vésperas do fim do abandono infantil anónimo na capital (1869), 2.901 crianças foram expostas na roda da Misericórdia de Lisboa (Paulino, 2019)¹.

Alterado o modelo de admissão dos expostos nesta instituição, o qual passou a ser ponderado e justificado, o número de abandonados decaiu para 2.551 em 1871, 780 em 1872 e 317 em 1873, correspondendo esta a uma fase de transição, para os valores se consolidarem a partir de então (atingindo o seu mínimo em 1906 com 88 abandonos) (Paulino, 2019). Este decréscimo relaciona-se com as medidas adotadas pela Misericórdia de Lisboa a partir de 1871, de que são exemplo a candidatura à admissão da criança (em detrimento do abandono anónimo), a necessidade de apresentação de um comprovativo de identidade e residência da mãe na capital nos nove meses anteriores ao parto ou a não autorização da entrada de crianças com mais de seis meses (Paulino, 2019). A diminuição do número de sinais da amostra pode, assim, também ela estar relacionada com a própria diminuição do número de crianças abandonadas na Misericórdia de Lisboa.

No que concerne à presença de informação geográfica nos sinais dos expostos, verificamos que, até 1884, apenas cerca de um quarto ou menos destes possuíam este tipo de dado - no período anterior a 1836 apenas 27,51%, entre 1836 e 1851 23,59% e, entre 1852 e 1884, 18,87% -, valores que podemos considerar reduzidos quando considerado o cômputo geral. É apenas a partir de 1885 que dois terços ou mais dos sinais passam a ter este dado, nomeadamente, 94,01% entre 1885 e 1910 e 65,27% após 1910.

Focando nos sinais com informação geográfica numa perspetiva de macro análise, verificamos o peso significativo de referências associadas a Portugal Continental. Efetivamente, entre o final do século XVIII e meados do século XX, do total de sinais

¹ Estes valores não eram muito inferiores ao de outras cidades europeias. Veja-se, por exemplo, o caso da roda de Paris, capital de maiores dimensões onde, em meados do século XIX, eram abandonadas cerca de 4.000 crianças anualmente. Em Milão, a partir de 1842, o abandono nunca foi inferior a 3.000 menores por ano e, entre 1861 e 1867, alcançou os 5.000 abandonos anuais (Fuchs, 1984; Hunecke, 1985; Jablonka, 2006).

que mencionam dados espaciais, entre 99,94% e 100% são referentes a Portugal Continental.

Uma análise mais fina revela que a maioria dos dados geográficos constantes nos sinais estão associados ao concelho de Lisboa. Para o período anterior a 1836, esta associação é mais reduzida, correspondendo a 61,28%. Tal poderá estar relacionado com o abandono de crianças oriundas de outros concelhos, sobretudo daqueles que se situavam mais próximo da capital, tal como é reconhecido por fontes da época, inclusive produzidas pela própria Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Tal será confirmado pela produção de cartografia histórica, onde apresentaremos exemplos concretos. Não obstante, este valor vai crescendo até ao período posterior a 1910, de 90,39% em 1836-1851 para 99,41% em 1885-1910 e decaindo ligeiramente para 94,62% após 1910. Esta tendência poderá estar relacionada com um maior controlo da parte da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa da receção de menores que não eram provenientes do município.

Circunscrevendo ao concelho de Lisboa e, mais especificamente, à presença de informação ao nível da freguesia, verificamos que, em todos os períodos de análise, possuímos entre 94,62% a 100% dos dados, o que nos permite uma representação fina da proveniência de expostos na capital portuguesa.

Tabela 2. Tipologia da referência geográfica, referente a Portugal Continental (valores brutos e percentagem).

	Nascimento		Batismo		Exposição		Atestado de pobreza		Atestado de boa conduta		Atestado de doença e pobreza		Atestado		Naturalidade da mãe		Residência da mãe/parental		Profissão parental/familiar		Sem indicação	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Ant. 1836	4442	44,03	5638	55,88	1	0,01	6	0,06	0	0,00	0	0,00	1	0,01	0	0,00	1	0,01	0	0,00	0	0,00
1836-1851	2666	82,92	547	17,01	0	0,00	2	0,06	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
1852-1884	3545	62,18	2012	35,29	0	0,00	137	2,40	1	0,02	1	0,02	1	0,02	0	0,00	0	0,00	3	0,05	1	0,02
1885-1910	9	0,203	4429	99,77	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00
Post. 1910	1120	70,57	66	4,16	1	0,06	1	0,06	0	0,00	0	0,00	0	0,00	61	3,84	326	20,54	12	0,76	0	0,00

A tabela 2 apresenta a tipologia associada à informação geográfica, isto é, se a mesma reporta ao local de nascimento, de batismo, de exposição, entre outros. Esta tipologia é a que se encontra referida na fonte pelo que diferentes produtores se podem reportar à mesma tipologia de forma diferente, por exemplo, referindo atestado ou certidão. Nesses casos procedemos a uma uniformização prévia aquando da fase de processamento dos dados.

Uma análise global da tabela 2 revela que existem elementos comuns à maioria dos intervalos cronológicos: o nascimento, o batismo e o atestado de pobreza. De facto, é a partir do período compreendido entre 1852 e 1884 que as tipologias se diversificam, ainda que algumas delas surjam de forma pontual, como é o caso do atestado de boa conduta, ou da profissão dos pais ou de outro familiar.

Grosso modo, a espacialidade mencionada no sinal está relacionada com o nascimento ou com o batismo da criança, alternando entre um e outro caso. Num período posterior a 1910, surge de forma relativamente significativa a residência da mãe ou dos pais (20,54%), ainda que não detenha o predomínio. Tal poderá estar relacionado com um maior controlo da proveniência da origem das crianças, iniciado em 1871 com o fim do abandono infantil anónimo na capital no ano anterior, dada a impossibilidade de abandono na Misericórdia de Lisboa de crianças exteriores ao concelho e da necessidade de apresentação de comprovativo maternal de residência no mesmo.

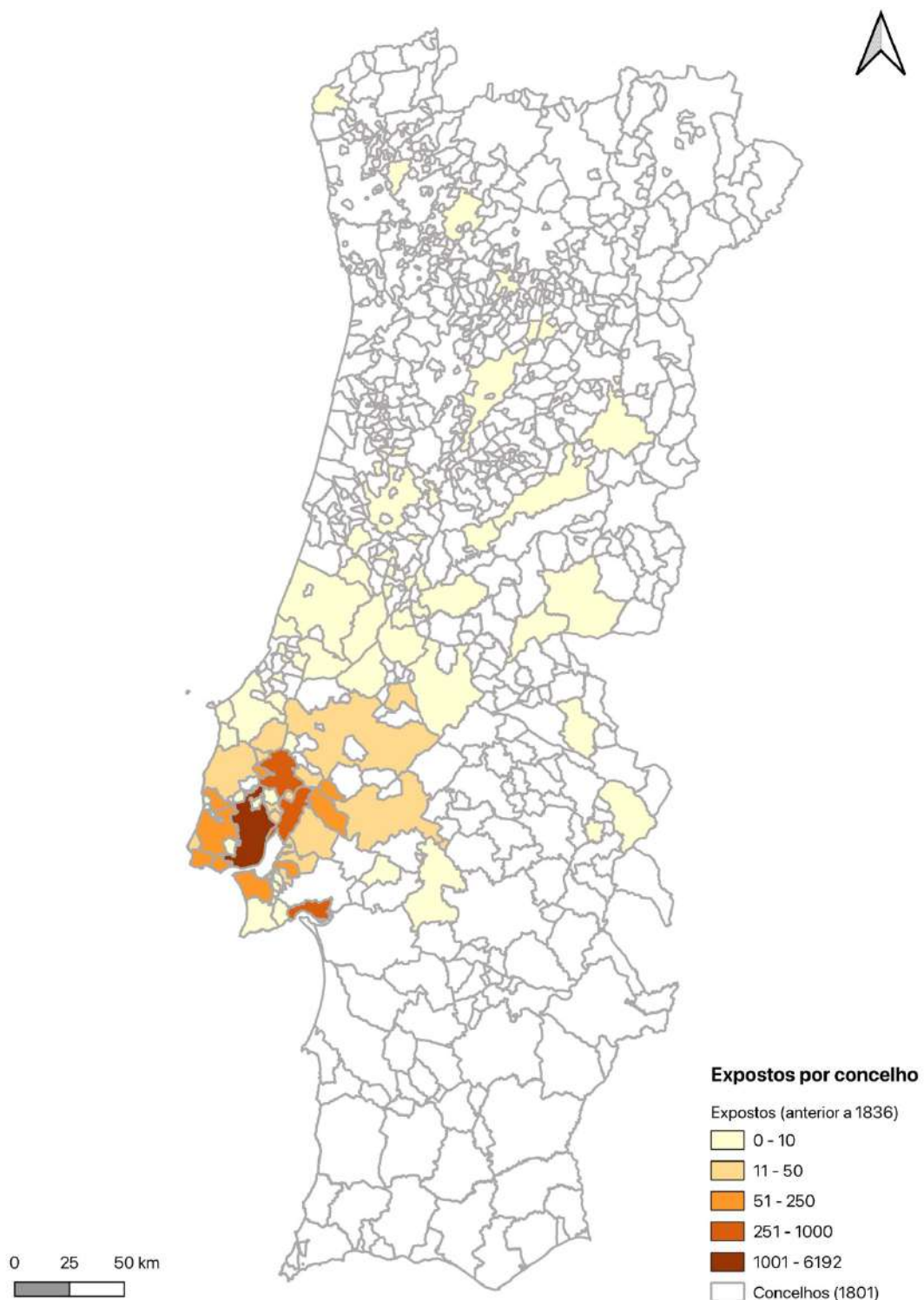


Figura 4. Número de expostos por concelho, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos anteriores a 1836.

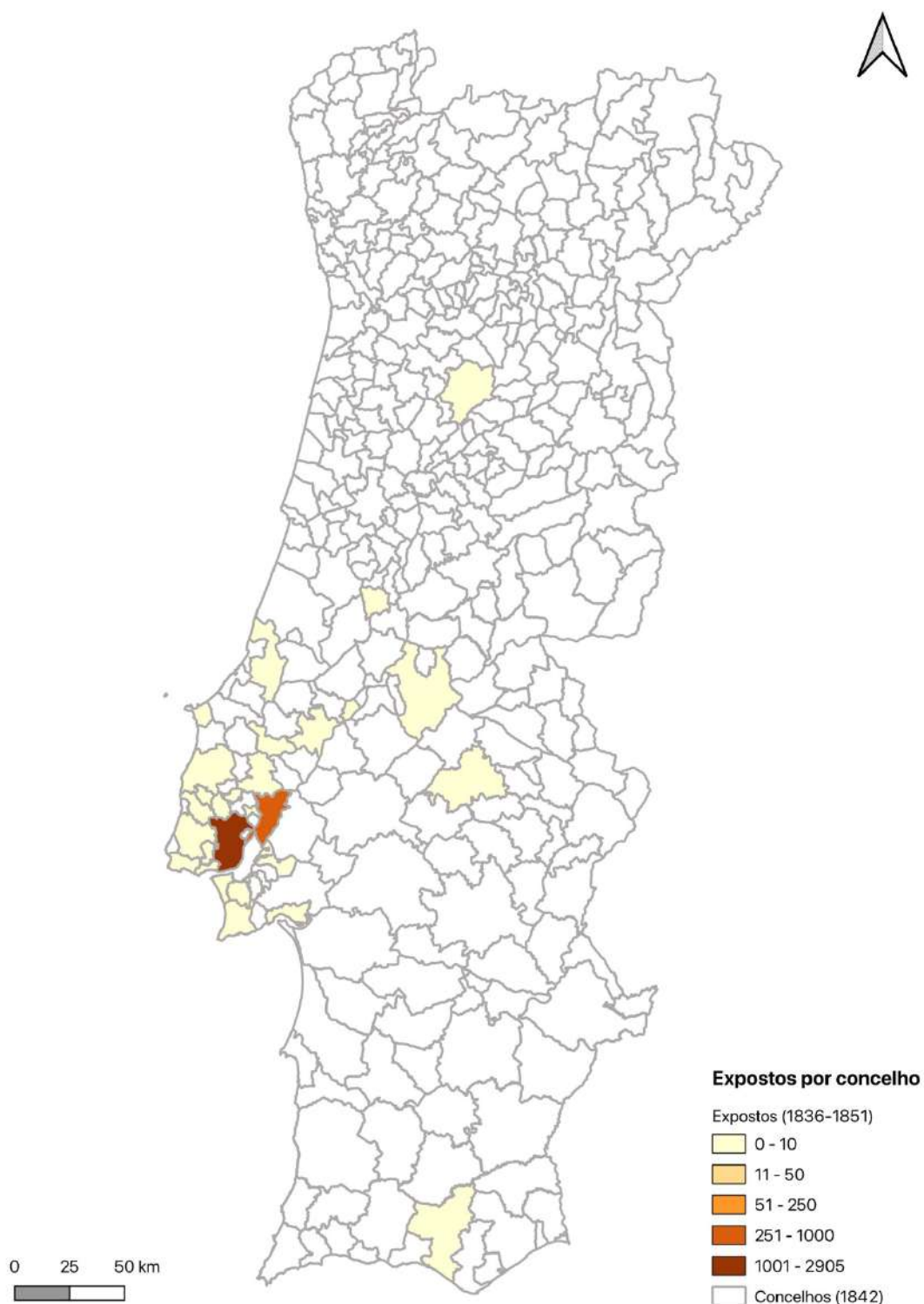


Figura 5. Número de expostos por concelho, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1836 e 1851.

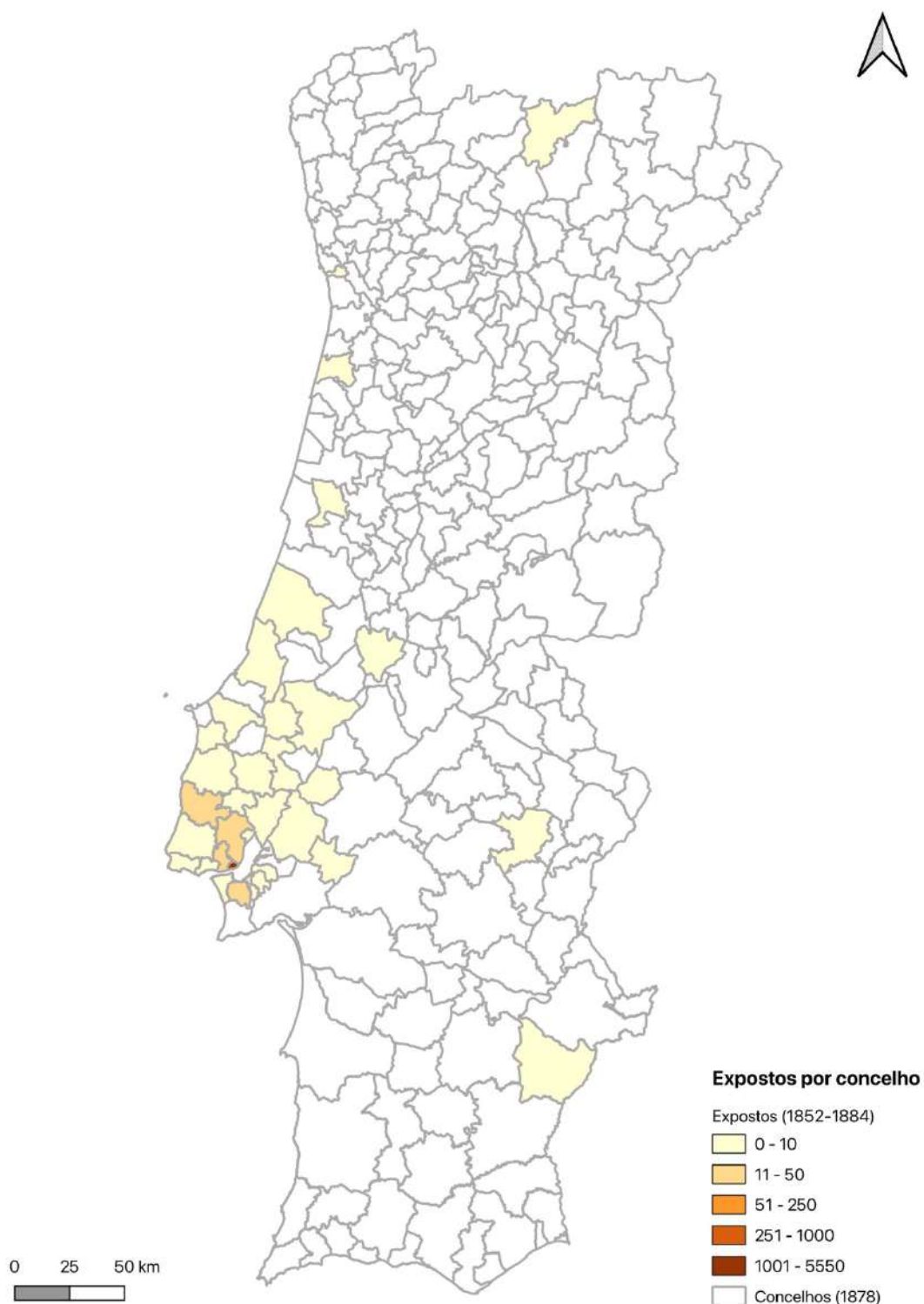


Figura 6. Número de expostos por concelho, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1852 e 1884.

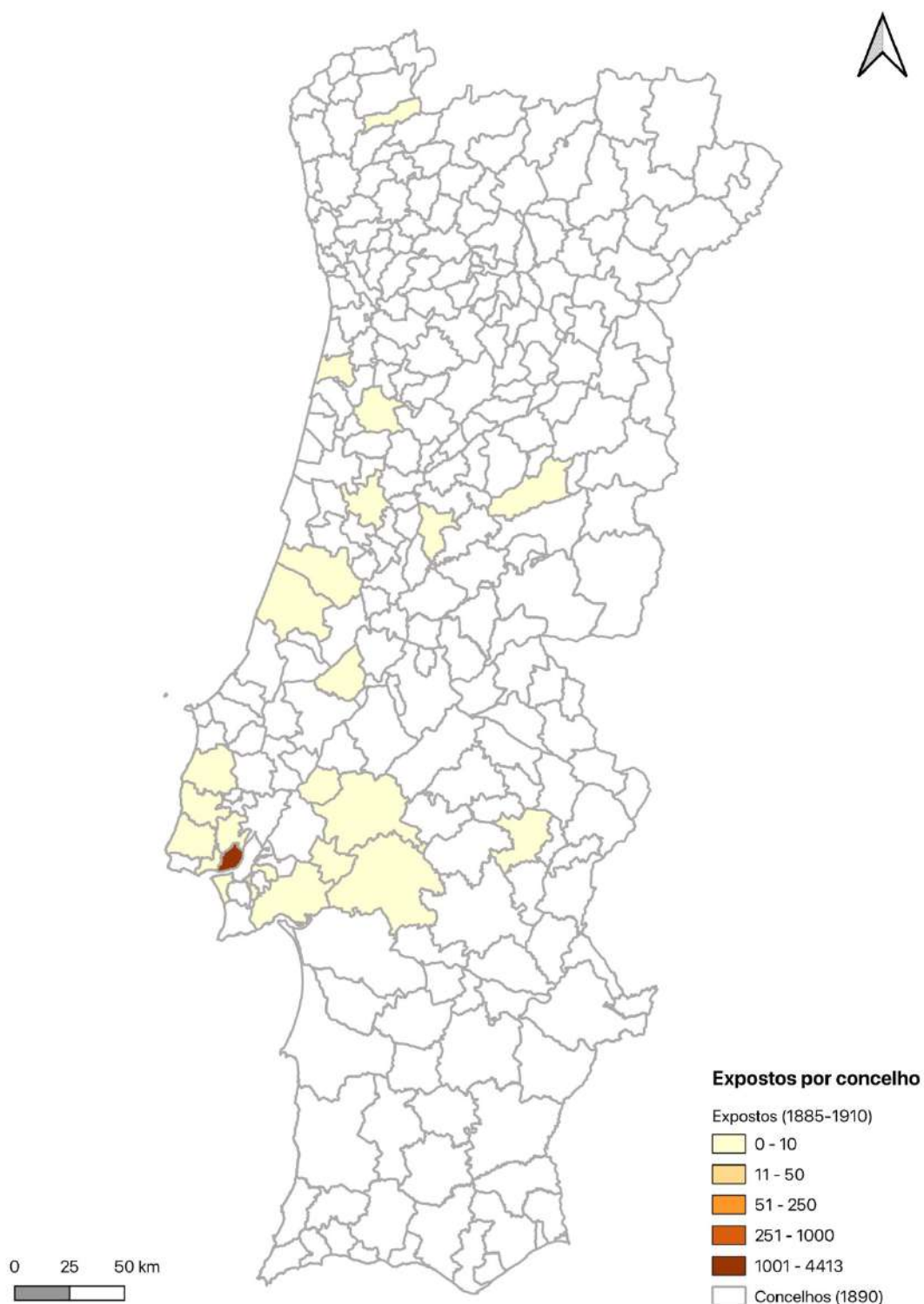


Figura 7. Número de expostos por concelho, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1885 e 1910.

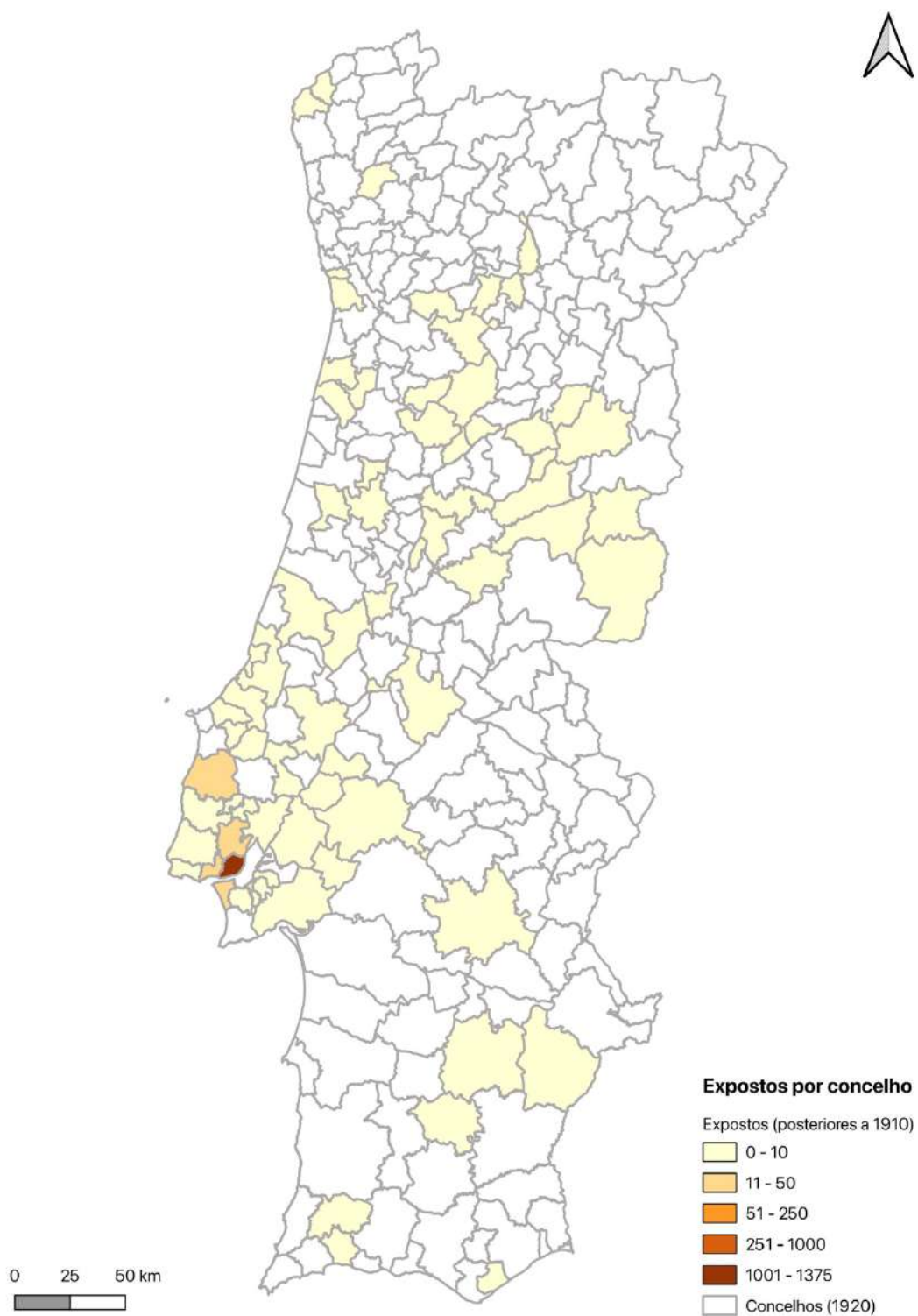


Figura 8. Número de expostos por concelho, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos posteriores a 1910.

As figuras 4 a 8 representam o número de expostos por concelho, de acordo com a informação contida nos sinais com dados geográficos. Cada uma das figuras está associada aos períodos cronológicos definidos. Assim, a figura 4 reporta ao período anterior a 1836, a figura 5 ao período entre 1836 e 1851, a figura 6 ao período entre 1852 e 1884, a figura 7 ao período de 1885 a 1910, e, por fim, a figura 8 ao período posterior a 1910.

Pela análise global da cartografia histórica, ao longo da cronologia de análise, verificamos que existe um claro predomínio de crianças provenientes do concelho de Lisboa. Efetivamente, a área de influência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no que concerne à receção de crianças abandonadas era relativamente reduzida quando considerados todos os concelhos de Portugal Continental, havendo meros casos pontuais em municípios mais afastados da capital. Podemos, no entanto, considerar uma representatividade significativa dos concelhos mais próximos a Lisboa.

Por exemplo, para o período anterior a 1836 (figura 4), 6.192 menores eram provenientes do concelho de Lisboa. Ainda que com valores mais reduzidos, destacam-se concelhos limítrofes a Lisboa, tais como Vila Franca de Xira (878), Setúbal (785), Alenquer (585), Sintra (201). Não obstante a presença de crianças oriundas de concelhos mais distantes como, a título de exemplo, Caminha, Braga ou Celorico de Basto, trata-se de casos pontuais, referentes a apenas um menor. É, de facto, do concelho de Lisboa, mas também daqueles que se encontram em seu torno, que são oriundas grande parte das crianças abandonadas.

Conforme avançamos cronologicamente, maior a concentração de crianças de Lisboa, reduzindo-se a dispersão no todo continental. Por exemplo, na figura 5, entre 1836 e 1851, continua a existir uma preponderância de Lisboa (2.905), que se acentua na figura 6, referente ao período de 1852 a 1884 (5.550 crianças), mantendo-se igualmente preponderante na figura 7, entre 1885 e 1910 (4.413), e na figura 8, após 1910 (1.375).

Por sua vez, o maior peso dos concelhos limítrofes à cidade de Lisboa vai alternando. Se, por um lado, entre 1836 e 1851 (figura 5) apenas se destaca Vila Franca de Xira (257) (com os restantes concelhos a amarelo a apresentarem uma variação entre 1 e 6 crianças), entre 1852 e 1884 (figura 6) destacam-se mais concelhos, mas com um número de crianças mais reduzido. Referimo-nos a Olivais (45), Belém (20), Mafra (13) e Seixal (13). Entre 1885 e 1910 (figura 7), a proveniência de crianças de outros concelhos é novamente pontual, associada apenas a 1 e 2 crianças para, após 1910, se destacarem

outros concelhos limítrofes, ainda que de forma pouco significativa. São os casos de Loures (19), Torres Vedras, (18) Oeiras (17) e Almada (14).

De facto, até ao fim do abandono infantil anónimo na capital no final de 1870, eram comuns as queixas da Misericórdia de Lisboa face à receção de crianças de outros concelhos e que, como tal, estes menores deveriam ser entregues nas Casas da Roda dos respetivos municípios. Veja-se, por exemplo, o caso do ofício expedido por esta instituição em fevereiro de 1852 ao governador civil de Lisboa, dando conta de uma menina recém-nascida que foi transportada para a Real Casa dos Expostos de Lisboa por ordem da administração da vila de Oeiras. Este transporte teria sido feito por Maria Gomes, residente na mesma vila. Afirmando-se que a tutela da criança não pertencia àquela misericórdia, mas sim ao local de origem, foi negada a entrada da criança na instituição². São muitos os relatos semelhantes nas fontes. Os esforços institucionais para controlo deste tipo de abuso materializou-se, em agosto do mesmo ano, na apresentação ao Ministério do Reino de uma proposta de projeto para evitar este tipo de ocorrências, ainda que não exista documentação que remeta para o andamento do projeto, não obstante os vários lembretes remetidos pela instituição ao Governo³.

O encerramento das rodas dos expostos nos concelhos próximos a Lisboa em 1866, sem a criação de hospícios nestes últimos, viria a agravar esta situação, sendo responsável pelo aumento número de crianças provenientes destes espaços e, conseqüentemente, por um aumento do abandono de menores na Real Casa dos Expostos de Lisboa e entregues à sua tutela.

A par desta situação, é natural que a tendência de predomínio do concelho de Lisboa se acentue a partir do final de 1870, dadas as medidas impostas a partir de 1871 para candidatura à admissão, como a apresentação de um comprovativo de residência da mãe na capital nos nove meses anteriores ao parto. Soma-se a apresentação da mãe e da

² ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre as lotarias, 12 de novembro de 1853.

³ Devido à inatividade governamental, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa adotou medidas por sua iniciativa, como a imposição de penas e a cobrança da importância das criações a quem expusesse menores de fora do concelho de Lisboa nesta instituição. Apelou ainda ao auxílio das autoridades administrativas locais para vigiarem os pais que tivessem meios para criar os filhos, fossem eles legítimos ou ilegítimos, aplicando-lhes indenizações em caso de incumprimento. ANTT, Ministério do Reino – Conselho Geral de Beneficência, mç. 4507, Consulta do Conselho Geral de Beneficência sobre a representação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para a repressão dos abusos na sua roda, 4 de dezembro de 1852. AHSCML, *Acta...* n.º 1, 27 de março de 1852, fls. 21v-22; 18 de abril de 1853, fl. 112v; 19 de junho de 1852, fl. 40v; Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*, cx. 13, mç. 13, proc. 1, 11 de setembro de 1853.

criança às autoridades locais após o parto no Hospital de São José. Em 1875, a fiscalização tornou-se ainda mais rigorosa, quando as grávidas que tinham tido os seus filhos neste hospital passaram a ser acompanhadas por agentes policiais ao regressarem às suas localidades. Desta forma, ficavam impossibilitadas de entregar os menores à tutela da Misericórdia de Lisboa, inviabilizando a receção nesta instituição de crianças de fora do concelho⁴. Não obstante, mencione-se que, numa fase inicial ao fim do abandono anónimo na capital, era ainda frequente as recoveiras, mulheres pagas para transportarem as crianças para a instituição, prestarem falsas declarações quanto à legitimidade dos menores, à sua filiação e residência. Para contornar esta situação, em abril de 1871, estas foram obrigadas a apresentar um documento comprovativo da sua identidade, responsabilizando-se pelas declarações prestadas e apresentando um comprovativo da residência da mãe na cidade de Lisboa⁵.

Desta forma verificamos que, perante os abusos cometidos por outros concelhos, antes e após 1870, a Misericórdia de Lisboa procurava ter uma posição ativa no seu combate, tomando iniciativas de forma particular e apelando ao Governo para interceder. Tal reflete-se, claramente, na cartografia histórica em análise, marcada pela preponderância de origem lisboeta das crianças e por uma diminuição daquelas que eram provenientes de outros concelhos, sobretudo, dos mais próximos à capital.

⁴ Este acompanhamento era custeado pela própria Misericórdia. AHSCML, *Acta...* n.º 10, 8 de março de 1871, fl. 5v; 23 de fevereiro de 1875, fl. 137.

⁵ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871 (2), pp. 7-9.

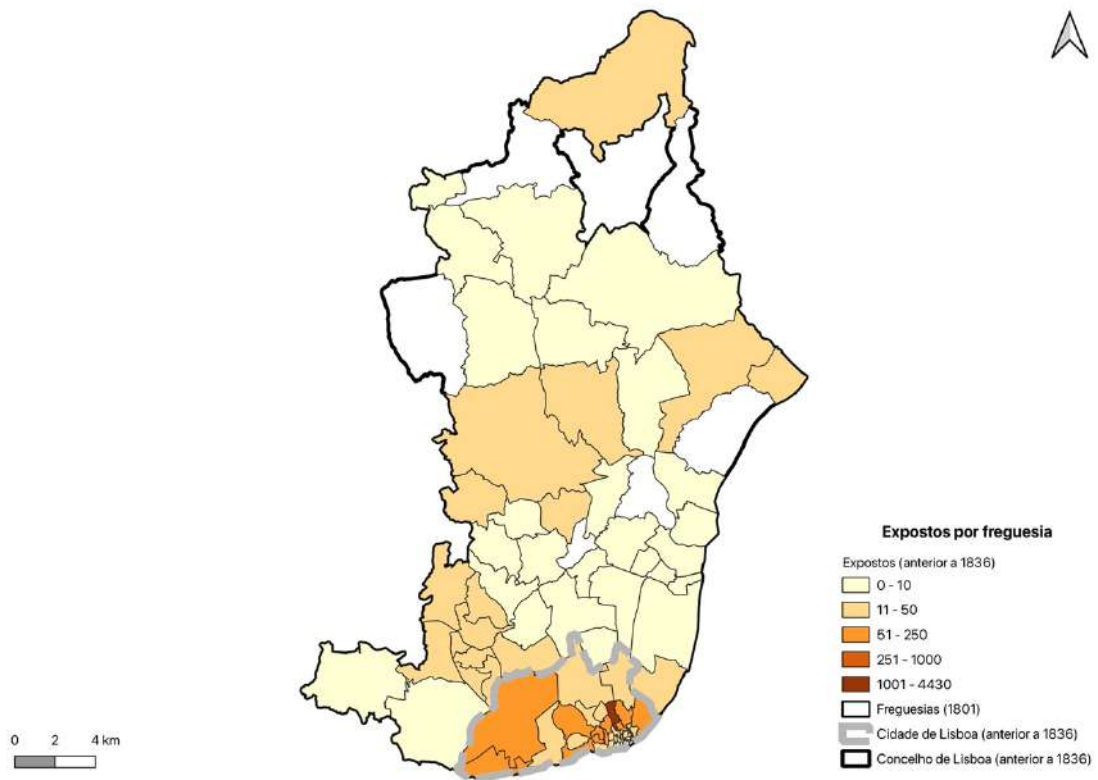


Figura 9. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos anteriores a 1836.

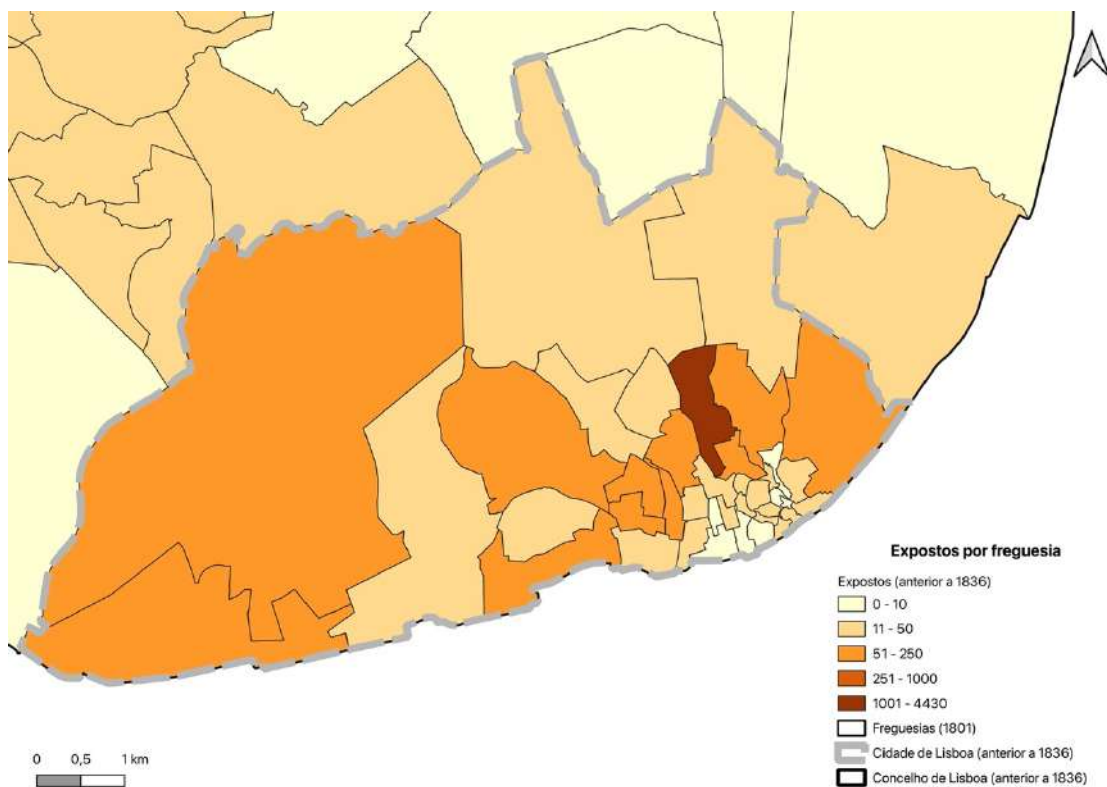


Figura 10. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos anteriores a 1836 [Zoom à cidade de Lisboa].

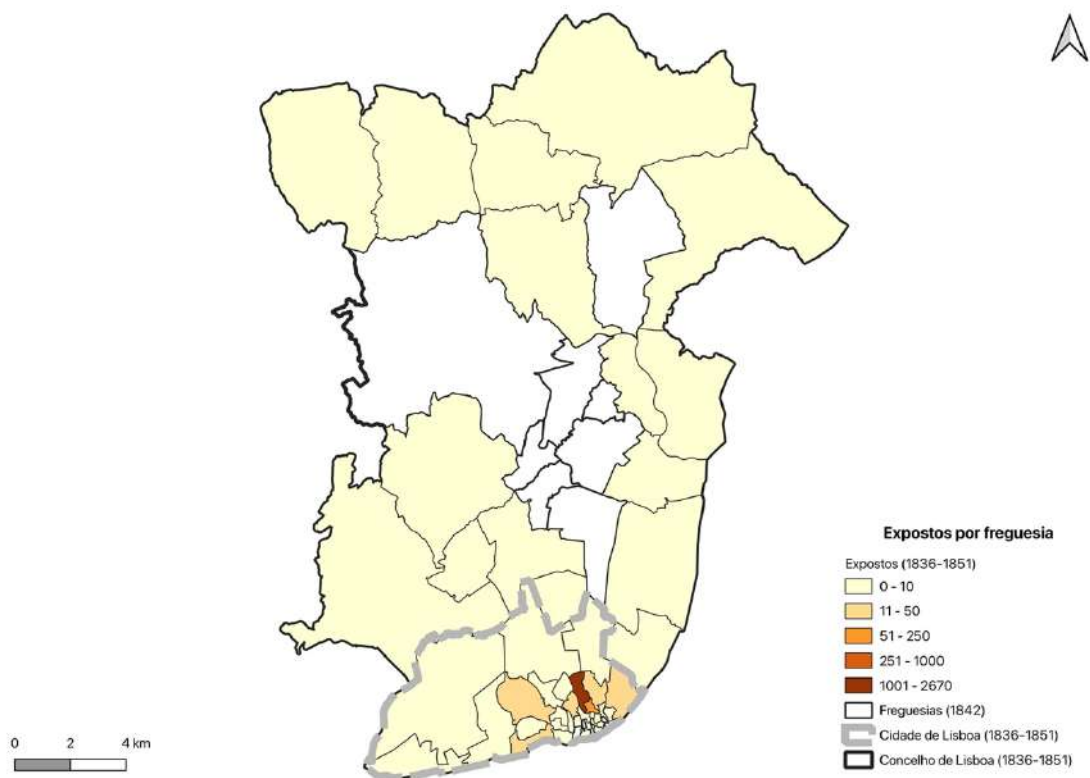


Figura 11. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1836 e 1851.

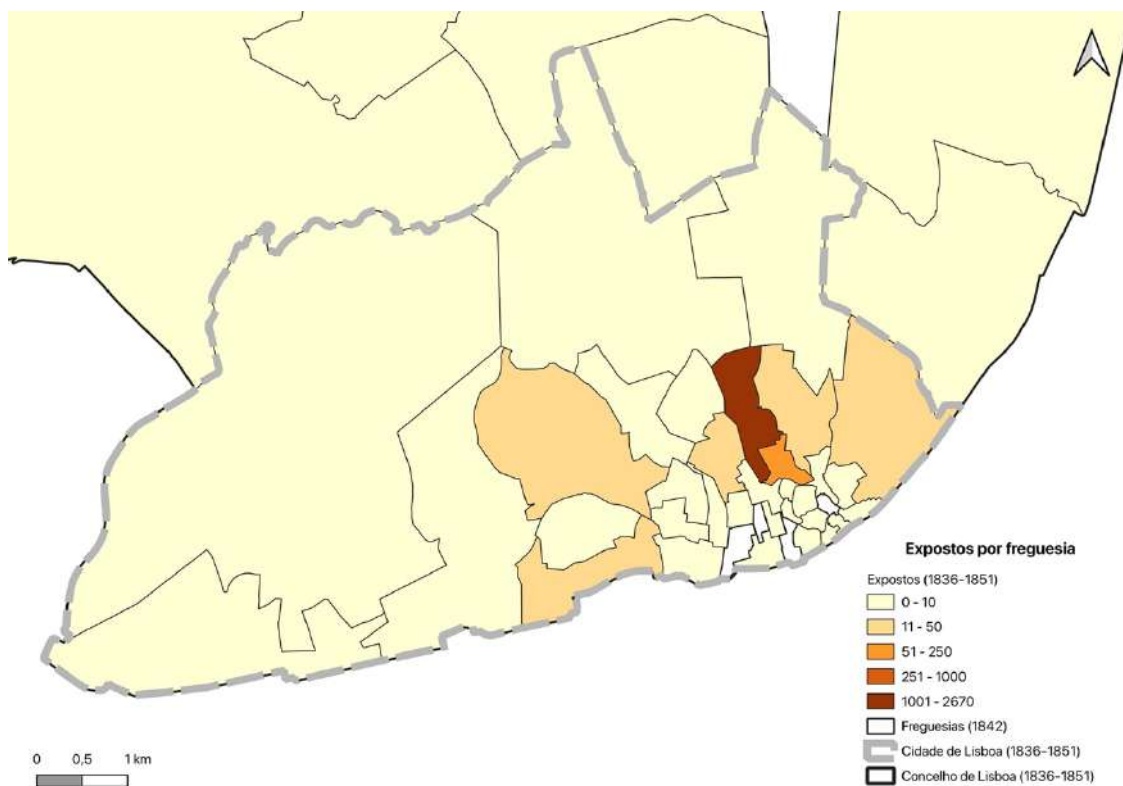


Figura 12. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1836 e 1851 [Zoom à cidade de Lisboa].

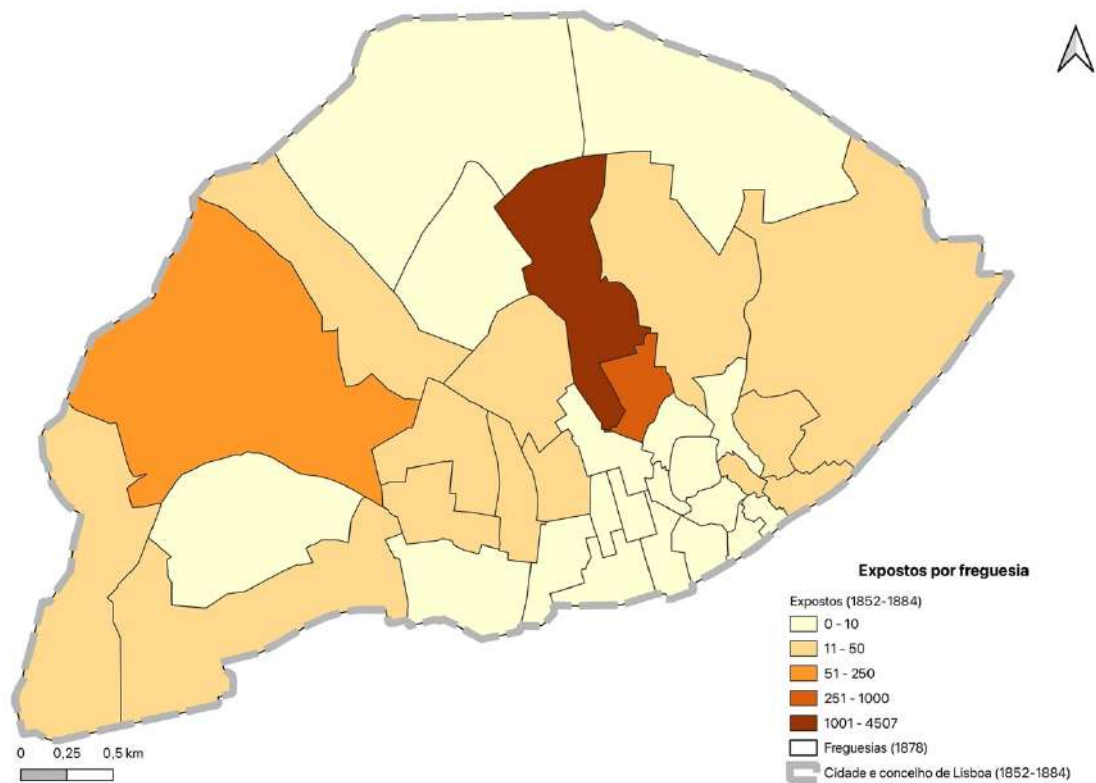


Figura 13. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1852 e 1884.

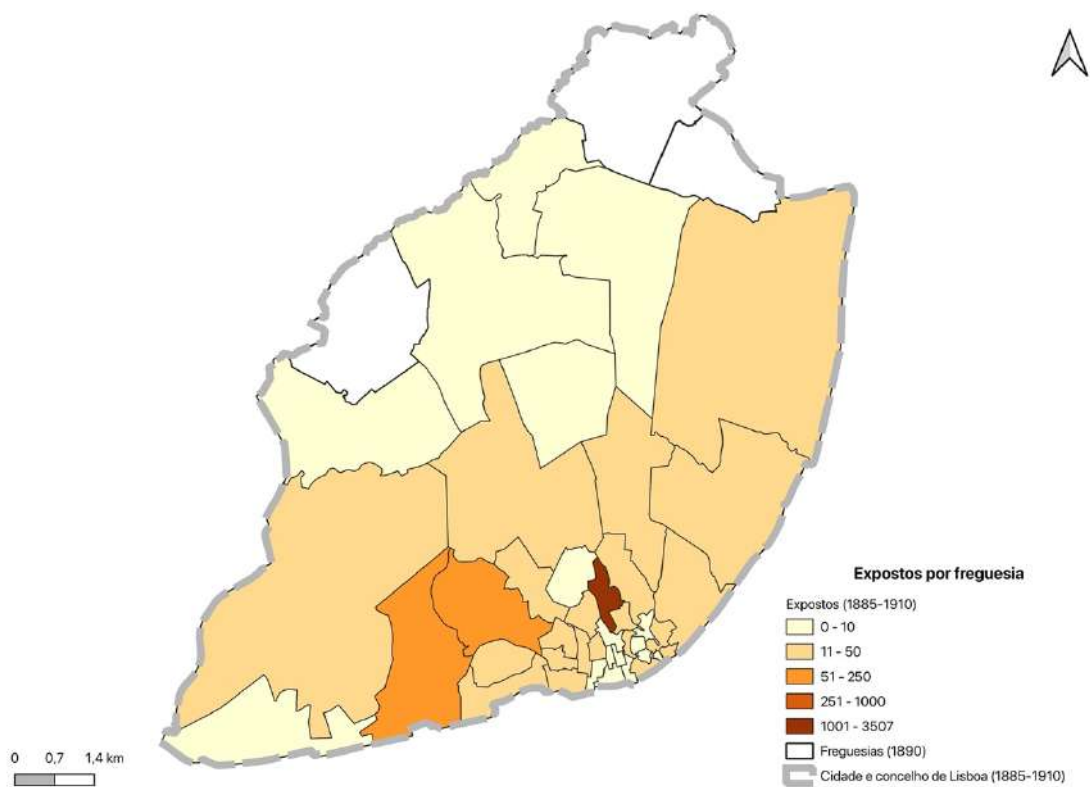


Figura 14. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos entre 1885 e 1910.

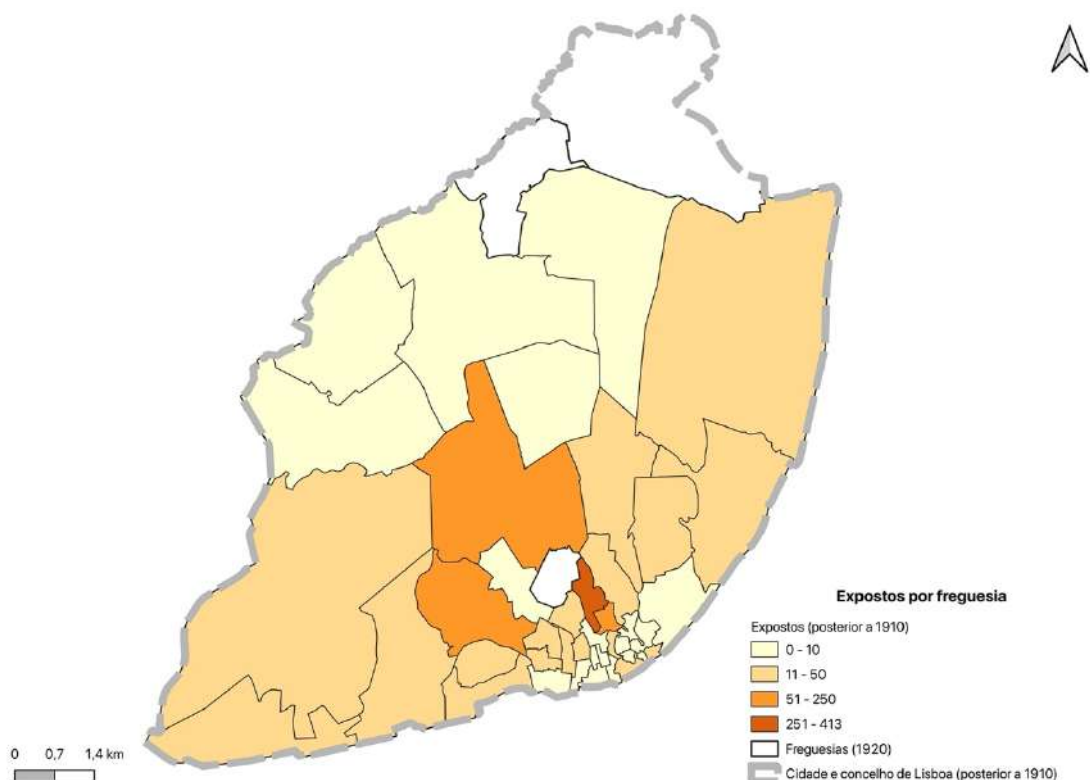


Figura 15. Número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, de acordo com a informação geográfica contida nos sinais dos expostos posteriores a 1910.

As figuras 9 a 15 representam o número de expostos por freguesia do concelho de Lisboa, para os períodos cronológicos de análise (figuras 9, 11, 13, 14 e 15). Dada a dimensão do concelho de Lisboa nos hiatos anteriores a 1836 e entre 1836 e 1851 não coincidir com a cidade, sendo superior à mesma, optámos por apresentar um segundo mapa para estas cronologias, que se refere a uma representação maximizada ao nível da cidade de Lisboa (figuras 10 e 12).

No que concerne ao concelho e cidade de Lisboa, ao longo de todo o período de análise, existe uma continuidade na preponderância da freguesia da Pena (no período anterior a 1836, 4.430 crianças são daí provenientes; entre 1836 e 1851, 2.670 crianças; de 1852 a 1884, 4.507 crianças; entre 1885 e 1910, 3.507 crianças; e, após 1910, 413 menores). Tal poderá estar relacionado com o facto das tipologias mais representativas (tabela 2) serem o nascimento e o batismo. Era nesta freguesia que se situava o Hospital de São José, onde nasceram e foram batizados grande parte dos expostos desta amostra.

Ainda que com uma preponderância inferior à freguesia da Pena, verificamos também alguma representatividade de freguesias que se situam na área envolvente ao centro histórico da cidade de Lisboa e nas freguesias periféricas da mesma. Nestas últimas, referimo-nos às freguesias do Socorro, Santa Isabel e Anjos. Estas correspondem, por exemplo, às freguesias onde se situavam em grande número as habitações das “classes laboriosas” (Alcântara, 2019). Refira-se ainda o crescimento populacional sentido em algumas delas, como Santa Isabel e Anjos (mas que se estendeu a Arroios, Coração de Jesus e Alcântara de forma significativa) (ver tabela 3 dos anexos), que acompanha o próprio crescimento urbano, motivado pela migração e, tendencialmente, associado a uma população mais pobre, o que coincide com a caracterização social da maioria dos expositores destes menores (Paulino, 2019; Rodrigues, 1995).

4. Conclusão

O presente relatório resulta do trabalho de produção de cartografia histórica produzido pela equipa do Laboratório de Humanidades Digitais, partindo da análise e do processamento dos dados contidos nos sinais dos expostos entre o final do século XVIII e meados do século XX, à guarda do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A metodologia aplicada, baseada numa análise individual dos registos, da sua divisão por períodos cronológicos e no processamento de dados para georreferenciação permitiu a produção de cartografia com rigor histórico com um sistema de informação geográfica, que nos transporta para a proveniência das crianças expostos ao nível de Portugal Continental e, neste, das freguesias do concelho de Lisboa no período em análise.

De uma forma geral, podemos atestar que a existência nos sinais de referências geográficas associadas à proveniência das crianças não era significativa nas cronologias iniciais definidas, tendo crescido ao longo do tempo. Não obstante, a informação de que dispomos permite aferir que os expostos eram oriundos, sobretudo, de Portugal Continental e, neste, do concelho de Lisboa (tendo os concelhos limítrofes algum destaque, ainda que pouco significativo no cômputo geral). Circunscrevendo ao município da capital, os registos são ricos ao mencionarem, na sua generalidade, a freguesia de origem da criança. Destaca-se, neste contexto, a freguesia da Pena, por motivos que poderão estar relacionados com o ato de nascimento ou de batismo associado ao Hospital de São José, o principal da capital à data. O destaque de outras freguesias, em torno da zona central do espaço urbano e nos seus limites, está relacionado com o crescimento da cidade, que atraía uma população popular, tendencialmente aquela que mais abandonava os seus menores.

Bibliografia

Estudos

Alcântara, Ana Ramos, *Espaços da Lisboa operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*, Lisboa, NOVA FCSH, 2019.

Alves, Daniel, “Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX – SIGMA, SIG e Modelação de Dados Aplicados à História de Portugal”, comunicação apresentada ao *eSIG2004, VIII Encontro de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica*, USIG, 2004.

Fuchs, Rachel, *Abandoned children. Foundlings and Child Welfare in Nineteenth-Century France*, New York, State University of New York Press, 1984.

Hunecke, Volker, “Les enfants trouvés: context européen et cas milanais (XVIII-XIX siècles)” in *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tomo 32, Paris, 1985, pp. 3-29.

Jablonka, Ivan, *Ni père ni mère: histoire des enfants de l’Assistance publique, 1874-1939*, Paris, Seuil, 2006.

Paulino, Joana Catarina Vieira, *O abandono de crianças em Lisboa (1859-1910). Os efeitos do fim da exposição anónima na roda*, Lisboa, NOVA FCSH, 2019

Rodrigues, Teresa, *Viver e morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.

Silveira, Luís Espinha da, *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimónia, 1997.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [AHSCML]

Actas da administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, livs. 1 a 17, 1852-1910.

Fundo: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Secção: Gestão Administrativa, *Correspondência recebida e expedida*.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT]

Fundo: Ministério do Reino. Secção: Conselho Geral de Beneficência.

Impressas

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório e contas da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativas ao ano económico de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836-1851.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório que a administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao excellentissimo senhor Ministro do Interior do Governo Provisório da República Portuguesa com as contas da gerência do ano económico de 1909-1910*, Lisboa, Typographia da Loteria da Santa Casa da Misericórdia, 1911.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao illustrissimo e excelentissimo senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Reino com as contas da gerência do ano económico de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862-1910.

Anexos

Tabela 1. Freguesias/lugares e concelhos/termo ou bispado que não foram possíveis identificar dada a falta informação específica na fonte

referenceCode	scopeAndContent	Freguesia/ lugar_fonte	Concelho/termo/ bispado_fonte
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/001/009	Criança do sexo feminino, nascida no dia 13 de Outubro de 1789, batizada na Igreja de São Quintino.	Igreja de S. Quintino	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/004/580	Criança do sexo masculino, batizada no dia 7 de Outubro de 1793 pelo padre António Mendes Fortuna, ecónomo e provedor do Hospital de Castanheira. Inclui a certidão de batismo passada pelo referido padre.	Hospital de Castanheira	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/010/256	Criança do sexo feminino, nascida no dia 13 de Fevereiro de 1799, batizada na freguesia da Conceição Nova. Inclui um quadrado de papel com as iniciais "M. G. R."	Conceição Nova	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/004/125	Criança do sexo masculino, nascida no dia 31 de Agosto de 1792, batizada na freguesia do Coração de Jesus.	Coração de Jesus	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/004/284	Criança do sexo masculino, batizada na freguesia da Guia.	Guia	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/015/092	Criança do sexo feminino, batizada no dia 28 de Janeiro de 1804 pelo padre João de Figueiredo L., cura da freguesia de Nossa Senhora da Lapa.	Nossa Senhora da Lapa	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/004/021	Criança do sexo masculino, nascida no dia 7 de Janeiro de 1793, filha de Manuel Fernandes e de Josefa de Faria, batizada na freguesia de Nossa Senhora da Pena a 10 do mesmo mês e ano.	Nossa Senhora da Pena	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/002/004	Criança do sexo feminino, batizada no dia 2 de Janeiro de 1791 pelo padre António José Cardoso, pároco da freguesia de Nossa Senhora da Purificação .	Nossa Senhora da Purificação	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/015/495	Criança do sexo feminino, nascida no dia 21 de Fevereiro de 1804, batizada a 8 de Março do mesmo ano na freguesia de Nossa Senhora da Purificação de São Pedro.	Nossa Senhora da Purificação de São Pedro	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/005/173	Criança do sexo masculino, nascida no mês de Dezembro de 1793 em Aldeia Galega. Inclui uma fita verde e um pedaço de veludo preto.	?	Aldeia Galega

referenceCode	scopeAndContent	Freguesia/ lugar_fonte	Concelho/termo/ bispado_fonte
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/006/084	Criança do sexo feminino, batizada no dia 18 de Fevereiro de 1795 pelo padre António José Gomes, prior da freguesia de Nossa Senhora do Monte.	Nossa Senhora do Monte	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/006/198	Criança do sexo feminino, batizada na freguesia de Santa Catarina.	Santa Catarina	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/006/398	Criança do sexo feminino, nascida no mês de Março de 1795 na província da Beira.	?	Beira
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/002/153	Criança do sexo feminino, batizada no dia 22 de Março na freguesia de São Mamede.	São Mamede	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/006/008	Criança do sexo feminino, filha de José Francisco Formiga e de Maria Joaquina, batizada na freguesia de São Martinho.	São Martinho	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/005/581	Criança do sexo feminino, nascida no mês de Novembro de 1791, filha de Bartolomeu Pereira e de Bernardina, falecidos, batizada na freguesia de São Nicolau.	São Nicolau	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/010/388	Criança do sexo masculino, nascida em Aldeia Galega.	?	Aldeia Galega
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/001/538	Criança do sexo masculino, filha de Manuel Joaquim e de Camila Joaquina, batizada no dia 21 de Setembro de 1790 pelo padre Leonardo José Pedro da Cunha, beneficiado e cura da freguesia de São Pedro.	São Pedro	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/003/131	Criança do sexo masculino, nascida no dia 10 de Maio de 1791, batizada na freguesia de São Pedro.	São Pedro	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/017/246	Criança do sexo masculino, batizada na freguesia de Nossa Senhora do Monte.	Nossa Senhora do Monte	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/011/178	Criança do sexo feminino, batizada no dia 27 de Março de 1800 pelo padre José de Figueiredo de Santa Rita, prior da freguesia de Santa Rita de Castanheira do Ribatejo. Inclui a certidão de batismo passada pelo referido padre.	Santa Rita	Castanheira do Ribatejo
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/066/0653	Criança do sexo masculino, nascida no dia 4 de Agosto de 1855, no sítio da Janeira.	Janeira	?

referenceCode	scopeAndContent	Freguesia/ lugar_fonte	Concelho/termo/ bispado_fonte
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/076/0158	Criança do sexo feminino, nascida no dia 29 de Janeiro de 1865, batizada na freguesia de Nossa Senhora do Socorro.	Nossa Senhora do Socorro	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/080/0123	Criança do sexo masculino, nascida no dia 21 de Janeiro de 1869, filha de Micaela da Silva, assistente na Quinta dos Arciprestes.	Quinta dos Arciprestes	?
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/091/161	Criança do sexo feminino, nascida no dia 29 de Outubro de 1880, filha de Francisca Romana da Silva, exposta da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, batizada a 7 de Novembro do mesmo ano pelo padre José Antunes Serra, coadjutor da igreja do referido hospital.	?	?

Tabela 2. Lugares localizados na confluência de freguesias no concelho de Lisboa.

referenceCode	scopeAndContent	Freguesia/ lugar_fonte	Notas
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/005/679	Criança do sexo masculino, nascida no Bairro Alto da cidade de Lisboa.	Bairro Alto	Localizado na confluência das freguesias de: Encarnação e Mercês (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/007/391	Crianças do sexo masculino e feminino, nascidas no bairro da Mouraria da cidade de Lisboa.	Bairro da Mouraria	Localizado na confluência das freguesias de: Socorro e Anjos (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/007/391	Crianças do sexo masculino e feminino, nascidas no bairro da Mouraria da cidade de Lisboa.	Bairro da Mouraria	Localizado na confluência das freguesias de: Socorro e Anjos (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/009/659	Criança do sexo masculino, nascida e batizada no bairro de Alfama da cidade de Lisboa.	Bairro de Alfama	Localizado na confluência das freguesias de: São Tiago, São Tomé, Salvador, São Vicente, São Estêvão, Santa Marinha (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/003/147	Criança do sexo feminino, nascida no dia 6 de Março de 1792 na Cadeia do Limoeiro da cidade de Lisboa, filha de Silvéria Rosa, mulata.	Cadeia do Limoeiro	Localizado na confluência das freguesias de: São Tiago e São Tomé (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/002/357	Criança do sexo masculino, nascida no dia 30 de Junho de 1791 no Limoeiro, em Lisboa.	Limoeiro	Localizado na confluência das freguesias de: São Tiago e São Tomé (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/010/512	Criança do sexo feminino, nascida na Rua da Mouraria da cidade de Lisboa.	Mouraria	Localizado na confluência das freguesias de: Socorro e Anjos (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/018/329	Criança do sexo masculino, nascida no dia 9 de Maio de 1807 na Enfermaria da Cadeia do Limoeiro da cidade de Lisboa. Inclui o desenho de um arabesco.	Enfermaria da Cadeia do Limoeiro	Localizado na confluência das freguesias de: São Tiago e São Tomé (1801).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/100/048	Crianças do sexo masculino, gémeas, nascidas no dia 16 de Março de 1889 no Hospital de Rilhafoles da cidade de Lisboa, filhas de Agostinho Dias e de Josefa Carmona; netas maternas de João Carmona e de Rosa Valente.	Hospital de Rilhafoles	Na confluência das freguesias de: Anjos, Coração de Jesus e Nossa Senhora da Pena (1890).

PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/100/060	Criança do sexo masculino, nascida no dia 26 de Março de 1889 no Hospital de Rilhafoles da cidade de Lisboa, filha de António Salvador e de Emília Augusta de Sousa; neta materna de Manuel Maria de Sousa e de Luísa Eugénia de Sousa.	Hospital de Rilhafoles	Na confluência das freguesias de: Anjos, Coração de Jesus e Nossa Senhora da Pena (1890).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/123/033	Criança do sexo masculino, nascida no dia 5 de Dezembro de 1911, filha de Artur Augusto Rodrigues, marceneiro, e de Albertina Rosa da Conceição, doméstica, natural da freguesia de Santa Engrácia da cidade de Lisboa, ambos moradores na Calçada da Graça da mesma cidade. A criança foi registada na Conservatória do Registo Civil do 1.º Bairro da referida cidade. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Calçada da Graça	Na confluência das freguesias de: Santo André e Santa Marinha e São Vicente (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/123/052	Criança do sexo feminino, nascida no dia 22 de Novembro de 1911, filha de pai incógnito e de Emília Rodrigues, natural de Orense, Galiza, e moradora na Rua da Bica de Duarte Belo, em Lisboa. A criança foi registada na Conservatória do Registo Civil do 2.º Bairro de Lisboa. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Rua da Bica de Duarte Belo	Na confluência das freguesias de: Mercês e Encarnação (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/199	Criança do sexo masculino, nascida no dia 6 de Outubro de 1911, filha de Custódio Lopes de Silva, trabalhador, e de Quitéria Maria da Graça, doméstica, natural da freguesia de Massarelos da cidade do Porto, ambos moradores na Rua do Arco do Marquês de Alegrete, da cidade de Lisboa. Inclui a certidão do registo de nascimento. Nota: a guia do Hospital de São José, refere que a criança nasceu fora do hospital.	Rua do Arco do Marquês de Alegrete	Na confluência das freguesias de: Santa Justa e Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/091	Criança do sexo feminino, nascida no dia 30 de Maio de 1911, filha pai incógnito e de Luisa da Conceição, criada de servir, natural da freguesia de Vilar de Besteiros, concelho de Tondela, e residente na Travessa de João de Deus. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Travessa de João de Deus	Na confluência das freguesias de: São José e Sacramento (1920).

PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/092	Criança do sexo feminino, nascida no dia 29 de Maio de 1911, filha de Luísa da Conceição, criada de servir, residente na Rua de São Nicolau da cidade de Lisboa. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Rua de São Nicolau	Na confluência das freguesias de: São Nicolau, Madalena e São Cristóvão e São Lourenço (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/099	Criança do sexo masculino, nascida no dia 17 de Junho de 1911, filha de pai incógnito e de Rosa Martins, natural de Mortágua e residente na Rua do Salitre. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Rua do Salitre	Na confluência das freguesias de: São Mamede e Coração de Jesus (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/128	Criança do sexo masculino, nascida no dia 6 de Junho de 1911, filha de Maria da Encarnação, criada de servir, moradora na Rua dos Mastros [da cidade de Lisboa]. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Rua dos Mastros	Na confluência das freguesias de: Santa Catarina e Santos-o-Velho (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/138	Criança do sexo feminino, nascida no dia 2 de Agosto de 1911, filha de José Carlos dos Santos, brochante, e de Luísa Vieira dos Santos, doméstica, natural da freguesia das Mercês da cidade de Lisboa e moradora na Travessa dos Fiéis de Deus da mesma cidade. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Travessa dos Fiéis de Deus	Na confluência das freguesias de: Encarnação e Santa Catarina (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/158	Criança do sexo feminino, nascida no dia 10 de Setembro de 1911, filha de pai incógnito e de Máxima de Jesus, natural de [Pera do Moço] e moradora na Rua dos Lagares da cidade de Lisboa. Inclui a certidão do registo de nascimento. Nota: a guia do Hospital de São José, refere que a criança nasceu fora do hospital.	Rua dos Lagares	Na confluência das freguesias de: Santo André e Santa Marinha e Anjos (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/172	Criança do sexo feminino, nascida no dia 19 de Outubro de 1911, filha de Maria Emília Fernandes, criada de servir, natural de Gouveia e moradora na Rua Afonso de Albuquerque [da cidade de Lisboa]. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Rua Afonso de Albuquerque	Na confluência das freguesias de: São Tiago e São Martinho e Sé e São João da Praça (1920).

PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/122/059	Criança do sexo masculino, nascida no dia 8 de Abril de 1911, filha de pai incógnito e de Maria Rosa da Silva, criada de servir, natural de Aveiro e residente na Rua do Sol ao Rato. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Rua do Sol ao Rato	Na confluência das freguesias de: São Mamede e Santa Isabel (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/125/074	Criança do sexo feminino, nascida no dia 26 de Janeiro de 1914 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Sofia da Conceição, criada de servir.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/125/142	Criança do sexo feminino, nascida no dia 25 de Março de 1914 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Margarida Rosa, doméstica, e de pai incógnito.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/126/053	Criança do sexo masculino, nascida no dia 8 de Janeiro de 1915 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Glória Duarte, criada de servir.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/126/116	Criança do sexo feminino, nascida no dia 6 de Outubro de 1915 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Maria Piedade Teodora, prostituta, e de pai incógnito. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/127/025	Criança do sexo feminino, nascida no dia 5 de Fevereiro de 1916 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Elisa Maria, criada de servir, e de pai incógnito. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/127/044	Criança do sexo feminino, nascida no dia 30 de Outubro de 1915 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Maria de Jesus Alves Costa, doméstica, e de pai incógnito. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/127/127	Criança do sexo masculino, nascida no dia 3 de Agosto de 1916 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Emília da Conceição, costureira.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).

PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/129/016	Criança do sexo masculino, nascida no dia 14 de Dezembro de 1917, filha de Virgínia Rosa, criada de servir, natural da freguesia de Alhandra do município de Vila Franca de Xira [residente na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa] e de pai incógnito. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/134/052	Criança do sexo masculino, nascida no dia 15 de Março de 1923, filha de Cândida Ferreira Pinto, criada de servir, natural de Cantanhede [residente na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa] e de pai incógnito. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/136/074	Criança do sexo feminino, nascida no dia 27 de Outubro de 1924 na freguesia da Graça da cidade de Lisboa, filha de José Bernardo, agente da Polícia Cívica, e de Maria do Carmo Coelho Caetano Bernardo, doméstica.	Graça	Na confluência das freguesias de: Santo André e Santa Marinha e São Vicente (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/136/113	Criança do sexo feminino, nascida no dia 11 de Julho de 1925, filha de Mariana dos Santos, doméstica, natural de Olhão [residente na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa] e de pai incógnito. Inclui a certidão do registo de nascimento.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).
PT -SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/137/107	Criança do sexo feminino, nascida no dia 9 de Junho de 1926 na freguesia dos Restauradores da cidade de Lisboa, filha de Matilde Lourenço, doméstica.	Restauradores	Na confluência das freguesias de: Santa Justa, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora do Socorro (1920).

Tabela 3. Variação do número de efetivos nas freguesias de Lisboa entre 1864 e 1900, em percentagem.

Freguesia	Variação do número de efetivos
Arroios	380,4
Coração de Jesus	139,3
Santa Isabel	128,4
Anjos	124,6
Alcântara	123,5
São Sebastião	96,4
Santa Engrácia	93,7
São Vicente	83
São Cristóvão	75,3
Lapa	69,1
Pena	64,3
Socorro	54,5
São Mamede	50,8
Castelo	48,1
Santo Estêvão	45,8
Santos	41,9
São Miguel	40,8
Mercês	37,2
Santiago	36
Santo André	33,1
São José	24,5
Sé	24,1
Santa Catarina	21,2
Encarnação	15
São Paulo	14,8
Sacramento	14,6
Santa Justa	8,3
Mártires	-8,8
São Nicolau	-9,4
Conceição	-10,2
Madalena	-14,3
São Julião	-37,9

Fonte: Rodrigues, 1995.